



Entre o editor e a publicação: José Carlos Rodrigues e o antiescravismo nas páginas d'*O Novo Mundo*.

VANESSA DA CUNHA GONÇALVES *¹

O Novo Mundo “nasceu” em um ano emblemático da história do Brasil, um período em que a discussão sobre os rumos do país e a identidade nacional ocupavam todos os cantos da sociedade, e principalmente a capital, o Rio de Janeiro. Essa geração estava profundamente engajada na vida do país e interessada nos rumos para o caminho do futuro. Ele foi palco de importantes debates político-sociais em um momento em que havia uma intensa discussão sobre os alicerces da nação brasileira, ou seja, temas como a abolição da escravidão, proclamação da república e também o destino dos escravos estavam recorrentemente sendo colocados em questão por diversos setores da sociedade.

O periódico tinha como principal objetivo interpretar o progresso da nação americana para os brasileiros. Para José Carlos Rodrigues, o Brasil deveria seguir os passos dos Estados Unidos, e, além disso, colocava em questão os paradigmas europeus, principalmente os franceses, que ocupavam um lugar de referência no país. Vale a pena ressaltar que ele seguia a tendência de uma série de elementos de um ambiente cultural típico das últimas décadas do século dezenove: o gosto pelas descobertas científicas, os textos instrutivos, mais ou menos narrativos, mais ou menos folhetinescos, o material feito a partir das gravuras, as resenhas críticas, as notas e as crônicas. São fragmentos, em sua grande parte híbridos, que, colados ou sobrepostos, contribuem para a reflexão sobre a história da imprensa e suas características.

José Carlos Rodrigues e *O Novo Mundo* estão inseridos no contexto em que em que grande parte da população brasileira, composta também por escravos, libertos, comerciantes e imigrantes, não era letrada. De acordo com o censo de 1872, grande parte dessa população era analfabeta, porém este argumento não é suficiente para afirmar que esse segmento populacional não tinha acesso às notícias dos jornais e periódicos da época. Desta forma, dialogo diretamente com o conceito de “*rede de informações verbais*” apontado por Marialva Barbosa, ou seja, as informações e notícias têm sua origem nas letras impressas, e a partir daí são retransmitidas oralmente através das redes de sociabilidade dos ambientes públicos e privados. Nesse momento, o analfabetismo não impede a circulação das informações, pois a sociedade é em demasia oralizada.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em “*Na oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa*”, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto mencionam a importância da identificação do proprietário/editor do jornal/periódico para melhor compreendê-lo, pois através do resultado desta análise é possível perceber a força social que orienta as publicações e seu projeto político. Dados os fatos, daí a importância de se traçar o perfil de José Carlos Rodrigues, pois é no processo de produção que o proprietário/editor se coloca como agente social ativo e formador de opiniões e questionamentos. Essa compreensão torna pertinente perguntar quem fala, em defesa de que projetos e com quais alianças.

José Carlos Rodrigues (Proprietário e editor) nasceu em 1844 – Cantagalo, Rio de Janeiro. Filho de Carlos José Alves Rodrigues – fazendeiro do Vale do Paraíba e dono de escravos – e Anna de Albuquerque Vidal Alves Rodrigues². Rodrigues era órfão de mãe desde criança, e foi criado e educado por uma tia que pertencia também à aristocracia cafeeira, Joaquina Alves de Abreu Lima Pais e Rodrigues. Estudou no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e graduou-se pela Academia de Direito de São Paulo em 1864, usufruindo a melhor educação então disponível no Brasil.

De acordo com Mônica Maria Rinaldi, durante praticamente todo o curso de direito Rodrigues colaborou em vários jornais acadêmicos, bem como no *Correio Paulistano*. Em 1863 e 1864 foi correspondente político do *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, órgão do Partido Liberal, dirigido por Francisco Otaviano (1826-1889). Antes, em 1862, fundou junto com o colega José da Silva Costa, a *Revista Jurídica*, editada primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro; a revista teve duração de seis anos, mas Rodrigues participou apenas até 1865. Em 1863, publicou uma edição crítica da *Constituição do Império do Brasil* (Rio de Janeiro: Laemmert), reeditada muitas vezes.

Após a graduação, José Carlos Rodrigues retornou ao Rio de Janeiro e trabalhou por um curto período como advogado com o Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. Em 1866, Rodrigues foi chamado para o cargo de oficial de gabinete por um antigo professor da Academia de Direito, Conselheiro João da Silva Carrão, deputado geral por São Paulo que havia sido nomeado para a pasta do Ministério das Finanças. Com a queda do Ministério e a imprevista saída do protetor de José Carlos Rodrigues, teve início um episódio obscuro de sua

² RODRIGUES, José Carlos. *Árvore genealógica de José Carlos Rodrigues*. s/d. Arquivo IHGB, Coleção José Carlos Rodrigues.

vida: a investigação aponta um processo criminal como a razão de sua mudança para os Estados Unidos.

José Carlos Rodrigues converteu-se ao protestantismo, e em 1867 foi processado pelo Estado monárquico brasileiro por fraude³, mudou-se para os Estados Unidos e estabeleceu moradia em Lowell, Massachussets. Lá tornou-se correspondente do *Diário Oficial* e do *Jornal do Commercio*. Rodrigues era abolicionista, republicano, protestante e defensor da educação como promotora do progresso, para ele a Monarquia no Brasil estava fadada ao fracasso. Entusiasta do modelo político dos Estados Unidos, ele acreditava que para o progresso do Brasil era necessário que o país seguisse os passos deste país.

Nesse sentido, vale a pena ressaltar que Rodrigues está inserido no contexto da “Geração de 1870”, proposta por Angela Alonso. Mesmo sem Angela Alonso mencioná-lo como um intelectual dessa geração, a partir das características do movimento é possível inseri-lo nesse cenário de contestação, ou seja, Rodrigues foi um sujeito político, que naquele momento estava projetando um futuro para o Brasil baseado no “sucesso” da república americana, e divulgando através do periódico e dialogando com sua rede de sociabilidade. Através d’*O Novo Mundo*, Rodrigues projeta um futuro para o Brasil baseado no modelo americano, discurso esse fortalecido através da rede de sociabilidade estabelecida pelo periódico – jornais que reafirmavam o discurso deste através das publicações que reproduziam em suas páginas.

A representação que Rodrigues possuía das questões políticas e sociais do Brasil é o que o motiva para atuar enquanto força política através da palavra impressa. Nas palavras de Roger Chartier,

“As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.”

³ José Carlos Rodrigues era secretário do Ministro de Estado e foi acusado de fraude pelo Estado. Para escapar da acusação refugiou-se nos Estados Unidos e lá estabeleceu moradia por muitos anos, voltando para o Brasil somente em 1887.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas sociais (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, 1988: 17)

Para dar sentido e legitimidade ao discurso de José Carlos Rodrigues, é necessário entender com quem ele dialoga, ou seja, a sua rede de sociabilidade. Ela é de suma importância para entender as relações que estavam por trás das publicações do periódico. Seus colaboradores do Brasil eram figuras de destaque, uma das maiores, certamente, foi seu colega de faculdade José da Silva Costa. Rodrigues e Silva Costa trocaram muitas correspondências enquanto Rodrigues residia nos Estados Unidos. Em suas cartas, Silva Costa se coloca como um colaborador fiel de José Carlos Rodrigues – sempre enviava para ele jornais brasileiros de grande destaque, ou seja, os de maior circulação no Rio de Janeiro e São Paulo. Desta forma, Rodrigues se mantinha informado sobre as questões políticas, sociais e econômicas que estavam circulando na imprensa brasileira naquele momento. Em suas cartas, Silva Costa, por muitas vezes relatou a Rodrigues o momento político no qual o Brasil estava passando – a questão da ação dos republicanos.

Os membros brasileiros da rede estabelecida por Rodrigues variavam no que diz respeito à posição política. Rodrigues dialogava com monarquistas e republicanos. Nomes como Quintino Bacaiúva (liberal republicano), Saldanha Marinho (liberal republicano), Salvador de Mendonça (liberal republicano), André Rebouças (monarquista) e Visconde do Rio Branco (monarquista) são aqueles nos quais Rodrigues trocava correspondências e dialogava também no periódico sobre as questões brasileiras e o futuro do país. Rodrigues antes mesmo de se mudar para os Estados Unidos conseguiu se inserir em um campo

intelectual no qual lhe deu estrutura para sair do país e continuar atuando nele, ou seja, essa rede estabelecida propiciou que ele continuasse sendo correspondente do *Jornal do Commercio*, uma importante figura da opinião pública e que posteriormente fundasse seu jornal e este fosse amplamente divulgado mesmo que estivesse fora do país.

No que diz respeito a sua rede e partindo da perspectiva de Pierre Bourdieu⁴, José Carlos Rodrigues é um agente político que está inserido em um contexto social e é através das suas publicações n’*O Novo Mundo* que ele legitima o seu discurso. A legitimação do seu discurso não é dada através das palavras propriamente ditas, Rodrigues estava inserido em um campo, neste caso, o campo intelectual, dialogava com ele e era reconhecido como pertencente deste campo. A palavra escrita do periódico propõe e deseja mudanças para o país e mudanças de uma prática cotidiana, neste caso, é importante perceber para quem é dito e como é recebido, e é aí que se estabelece o discurso de poder – conforme aponta Bourdieu. Não basta que o discurso seja compreendido, é necessário que ele seja reconhecido e legitimado.

Vale a pena destacar também em que campo dentro da imprensa o periódico estava inserido. Ele contou com um grupo de colaboradores que admiravam os rumos do desenvolvimento dos Estados Unidos e acreditavam no modelo estadunidense como “solução” e modelo para os problemas político-sociais brasileiros. *A República, Gazeta de Notícias, Correio Paulistano, O Globo, O Apóstolo e The American Mail* são alguns dos jornais que dialogavam diretamente com *O Novo Mundo* e, inclusive, reproduziram textos do *O Novo Mundo* e vice-versa. Dialogavam entre si, abordando questões como: os rumos do Brasil, a abolição e emancipação, a questão do trabalho e também o dito sucesso do modelo americano. Partindo da perspectiva de Pierre Bourdieu, a palavra escrita contida neste campo propõe e deseja mudanças de prática cotidiana, ou seja, é através do discurso proferido que esse campo legitima seu discurso. Discurso é poder. E neste caso, o discurso produzido é aquele que circulará por grande parte da imprensa, ou seja, um discurso que está colocando como prioridade as mudanças estruturais do país.

Projeto e sociedade – O antiescravismo nas páginas do *O Novo Mundo*:

⁴ Ver: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

O antiescravismo estava baseado nas teorias liberais que defendiam que os homens nasciam livres e iguais e em contrapartida tinha que lidar com a manutenção da escravidão, o que acabava gerando um dilema. Os pontos de vista defendidos acerca do antiescravismo eram muitos, uns defendiam a abolição total da escravidão, outros defendiam a abolição gradual e alguns defendiam a ideia de uma reforma no sistema ao invés da abolição.

O antiescravismo só prevaleceu onde havia um prolongado acúmulo de problemas na ordem escravista e uma ligação de diversas forças e ele opostas. A escravidão passa a ser vista como um problema moral, e a partir do início do oitocentos começou a ser combatida pela Inglaterra. Porém, vale ressaltar que a instituição da escravidão era sustentada pelo respeito à propriedade, pela falta de respeito aos negros e pelas definições preponderantes do interesse nacional. O antiescravismo só progrediu quando cada um desses fatores foi contestado. O surgimento do antiescravismo refletia pressões em todos os níveis da formação social, e só aconteceriam avanços importantes no contexto de crises que atingissem toda a sociedade, arrastando um grande número de pessoas a vida política, reunindo assim forças e influências políticas diversas e pondo em questão os princípios organizadores do poder.

No contexto da difusão de um pensamento antiescravista é que *O Novo Mundo* se insere. O periódico tinha como principal objetivo interpretar o sucesso da república americana para os brasileiros, relatando em suas páginas o período da Reconstrução Americana. Rodrigues era um entusiasta do modelo norte-americano, que neste momento, era considerado como um grande avanço no que diz respeito a conquista de direitos. Notícias sobre política, indústria, agricultura, literatura e educação eram as mais encontradas nas páginas do periódico e são apenas alguns dos temas americanos que Rodrigues apresentou aos brasileiros.

De acordo com o pensamento de Rodrigues, para que se construa uma sociedade moderna e civilizada é preciso que exista a democracia – e esta deve ter por base o Evangelho. Para Rodrigues o cristianismo será, pois, o responsável pela regeneração individual e, como consequência, pelo progresso social. Pode-se afirmar que a religiosidade é uma linha mestra para se entender o jornal.

É possível perceber claramente nas páginas d'*O Novo Mundo* uma religiosidade que deve ser entendida com muito cuidado. Apesar de ser uma das características mais marcantes do periódico, uma certa cautela deve ser tomada para que não se faça uma análise tangencial. Se por um lado José Carlos Rodrigues combate com unhas e dentes o catolicismo que se coloca como um obstáculo à liberdade e à ciência, por outro, esclarece o que representa a

irreligiosidade (que dominou a consciência pensante do período republicano); para ele, uma sociedade sem religião é *uma coesão de indivíduos, mas não é mais uma sociedade. É a ruína, é a morte.*

Segundo Ângela de Castro Gomes⁵, o modo como os sujeitos experimentaram a política pode nos dizer muito sobre a sociedade e o período em que viveram. A experiência de José Carlos Rodrigues e do *O Novo Mundo* torna o estudo a respeito do pensamento e da atuação política, social e cultural mais complexo, pois, a partir dele podemos compreender os diálogos e as tensões do período estudado. O periódico é um testemunho de importantes discussões e debates político-sociais em um momento em que os alicerces da construção nacional brasileira estavam sendo amplamente questionados.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. *Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad x, 2010.

BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOEHRER, G. C. A.. José Carlos Rodrigues and *O Novo Mundo, 1870-1879*. *Journal of Inter-American Studies*. Miami, n. 1, 1967.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. Sobre o poder simbólico e Espaço social e gênese das classes. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, pp. 7-16 e 133-162.

⁵ GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos* - Historiografia, Rio de Janeiro, v.9, n° 17, p.59-84, 1996.

_____. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual e A força da representação. In: A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 85-96 e 107-116.

CAMPOS, G. V. de. *O literário e o não-literário nos textos e imagens do periódico ilustrado O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870 – 1879)*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucia Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUCEIRO, Luiz Alberto. Resenha do livro: TOMICH, Dale W. Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: EdUSP, 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, nº 35, p. 253-270, dez. 2007.

DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DUTRA, Eliana de Freitas. *História e Culturas Políticas-Definições, usos, genealogias*. Varia História, Belo Horizonte, v. 28, p. 13-28, 2003.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Reverenciando as letras: espaços de consagração e construção da cidadania. In: Ribeiro, Gladys Sabina; Ferreira, Tania M. T. Bessone da Cruz. (Org.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. 1ed. São Paulo: Alameda, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos - Historiografia*, Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996.

JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. *Permeando a curva da trajetória de José Carlos Rodrigues (1867-1923): breves apontamentos teórico-metodológicos*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes históricas* — 2.ed., 1ª reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª edição – São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A Modernidade Republicana*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 26, 2009.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*. s.l.: Kosmos Editora, 1945.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud, 1999.